



# UMA ESTRATÉGIA NACIONAL POSSÍVEL - AS DEPENDÊNCIAS MARÍTIMAS DA NAÇÃO À LUZ DA GEOPOLÍTICA E DA ESTRATÉGIA PROSPECTIVA

Sergio Porto da Luz

---

*Qual a estratégia possível para, a despeito das restrições de dependência externa e do subdesenvolvimento, serem alcançados os objetivos nacionais atuais de mais alto nível, coerentes com os objetivos nacionais permanentes e alinhados na direção da justiça social do bem comum?*

*Neste trabalho, o autor propõe-se a responder à pergunta, considerando a posição geopolítica do Brasil, as expectativas no futuro da Nação e a aceitação do enfrentamento de adversidades.*

---

## O problema

**N**ão é real pensar-se em fixar objetivos que sejam alcançáveis pelo poder disponível. Quando, no universo dos

objetivos desejados, há necessidade de sobrepor obstáculos, sejam eles fatores adversos ou antagonismos, a escolha da estratégia possível precisa considerar o poder e o potencial da nação para ser factí-

vel. Daí porque os esforços nacionais devem buscar o desenvolvimento para existir base de poder, de modo a se exequibilizarem as estratégias que permitam o atingimento dos objetivos colimados e, dessa maneira, permitam também que sentimentos de níveis maiores de segurança e de independência sejam percebidos pela Nação e pelo Estado.

Assim, a formulação da Estratégia Nacional é afetada, de modo restritivo, pela dependência externa e pelo subdesenvolvimento, porque esses fatores adversos significam, em síntese, níveis menores de poder, de segurança e de desenvolvimento e, portanto, limitações à escolha de estratégias que permitam, de forma eficaz e no menor prazo possível, o atingimento dos objetivos nacionais.

Um exame desse quadro, à luz do inter-relacionamento entre Geopolítica e Estratégia e tendo em conta, particularmente os condicionantes geopolíticos na formulação da Estratégia Nacional, deverá, também, considerar princípios gerais da estratégia como os de objetivo, economia de forças, segurança, ofensiva, oportunidade e liberdade de ação.

A questão básica a ser respondida, portanto, é "qual a estratégia possível para, a despeito das restrições de dependência externa e do subdesenvolvimento, serem alcançados os objetivos nacionais atuais de mais alto nível, coerentes com os objetivos nacionais permanen-

tes e alinhados na direção dos desejados justiça social e bem comum?"

Para prosseguirmos o exame dessas questões, não será possível deixar de considerar a posição geopolítica do Brasil, as expectativas no porvir da Nação, a aceitação de enfrentamento de adversidades e, como prospectiva, a estratégia possível no futuro.

### A posição geopolítica do Brasil

Num planeta que, cada vez mais, deve ser entendido como um grande mercado, a posição geopolítica do Brasil o coloca, simultaneamente, no contexto sul-americano e sul-atlântico, sendo que pelo mar, o Brasil tem vizinhança com todas as nações do globo banhadas pelo oceano mundial.

Nossa região é a região atlântica, ponto terminal (quando vem) ou inicial (quando vai) do fluxo do poder das nações no seu entrecchoque constante, que se aproveita do oceano mundial, conforme aprendemos com as lições da História. Em verdade, pelo isolamento que a região amazônica impõe às fronteiras terrestres daquela área, exceto nos pontos onde o rio-mar e seus afluentes nos ligam aos países limítrofes, é possível considerar o Brasil inserido na geopolítica das nações quase que como uma ilha, sendo sua insularidade geopolítica interrompida nas conexões terrestres, uma espécie de istmo geopolítico, com os vizi-

nhos do Cone Sul, onde é viva a fronteira e são menores os obstáculos naturais a serem vencidos. Este quadro de semi-insularidade geopolítica não é esperado alterar-se de modo sensível nas próximas décadas, pois trata-se de uma consequência geopolítica de determinismo geográfico de difícil superação tecnológica. O fato é que pelo mar o Brasil se liga (ou se contrapõe) mais facilmente aos centros de poder, por exemplo, da Venezuela, Colômbia e Guianas do que por terra. Semelhante lógica e raciocínio permite, por óbvias razões, ligações francas, conforme já visto, com o litoral africano, com a Antártica, com o Caribe e, aditivamente ao istmo geopolítico, também com nossos vizinhos do sul da América do Sul.

O Brasil é, assim, um país da América do Sul inserido no Atlântico Sul, com posição geopolítica central neste oceano e interesses geopolíticos, econômicos e culturais próximos, que vão, pelo menos, do Caribe ao litoral africano e à Antártica, sem desprezar as ilhas oceânicas. Ainda, é pelo Atlântico que temos acesso ao restante do mundo, à Europa, ao Índico e ao Pacífico.

### Expectativas do porvir

As restrições dependência externa e subdesenvolvimento, na medida em que o Brasil está imerso no sistema das nações, não poderão ser removidas apenas por

ações internas à Nação. Pelas interfaces visíveis (dívida externa) e invisíveis (pressões comerciais sutis) criam-se interdependências entre o desejado bem-estar do nosso povo, sua felicidade e pleno emprego, com o interesse de muitas nações e potências médias que detêm mercados, direitos, patentes, tecnologia e, enfim, espaços de interesse que fazem por preservar.

Isto não impede nossa luta e esperança por melhores dias mas, deve-se admitir, inseridos no sistema das nações, vamos sofrer oposições decorrentes das influências do poder, como distribuído pela geopolítica das nações e das respectivas estratégias, a maioria delas de manutenção do *status quo* que nos é desfavorável e precisamos alterar no futuro.

### Enfrentamento das adversidades

Creio que uma apreciação equilibrada sobre o panorama internacional e sua evolução nos últimos tempos não pode deixar de indicar como mais provável que o sistema das nações, nos anos próximos vindouros, continuará a ser bipolar no plano estratégico-militar entre Estados Unidos e União Soviética (no que diz respeito às armas nucleares, China, Inglaterra e França, mesmo unidas, são incapazes de equilibrarem EUA ou URSS), e crescentemente multipolar nos campos político e econômico (e científico-tecnológico). Para que essa prospectiva não se

confirmasse, seria necessário, no plano estratégico, que ocorresse o fenecimento e colapso de uma das superpotências ou o aparecimento de uma terceira ou quarta potência de mesmo nível, o que não é plausível de ocorrer, pois tanto os Estados Unidos quanto a Rússia têm manobrado, no campo das relações internacionais, de molde a preservarem suas respectivas áreas de influência e, de uma maneira não explícita, respeitarem, na prática, a área de influência alheia, quando essa área respeitada é essencial para a outra superpotência, como foi o caso da crise dos mísseis cubanos e dos eventos da Hungria, Tchecoslováquia e Afeganistão, por exemplo. No plano político e econômico, para que cessasse o crescimento da multipolaridade, seria necessário que os Estados Unidos voltassem ao seu nível de produção após a Segunda Guerra Mundial, quando eles detinham, em termos relativos, mais de 50% da produção mundial. Em 1950 o PIB dos EUA era 38% do PIB mundial; em 1970 era de 33%; em 1982 era de 28% e está caindo em termos relativos. O conjunto URSS e países do leste europeu que detinha, em 1950, um PIB de 16% do PIB mundial, viu esse valor reduzido para 9% em 1982. Enquanto isso, o Japão passou de 1,5% em 1950 para mais de 9% em 1982. Assim, os indicadores disponíveis com base no produto interno bruto das nações mostram que, cada vez mais, está o mundo

se afastando do bipolarismo econômico e, conseqüentemente, do bipolarismo político, caminhando o sistema das nações para a multipolaridade econômica (e científico-tecnológica) e política.

Esses novos centros de poder político, econômico e científico-tecnológico surgentes, como a França, Itália e Alemanha do pós-guerra, na Europa (atlântica e mediterrânea) e o Japão, na Ásia (do Oceano Pacífico), parecem indicar que o mundo e seu sistema de nações já está se decidindo pelo sistema comercial ou oceânico de geração de poder político. No dizer do Prof. Richard Rosecrance, em seu livro *The Rise of The Trading State-Commerce and Conquest in The Modern World*, citado pelo Embaixador Rubens Rícupero, no III Encontro do Governo com a Sociedade, no Palácio do Planalto, outubro de 1986, desde o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo tem hesitado entre duas maneiras diferentes de organização das relações internacionais: um sistema territorial que vem desde Luiz XIV, sob a liderança compartilhada dos Estados Unidos e da União Soviética e um sistema comercial centrado nas bacias do Atlântico e do Pacífico. Vejo no sistema territorial o sistema Mackinderiano, composto de estados que encaram o poder em termos de massa territorial; na base do quanto mais território, mais poder. Em tese, esses estados desejariam adquirir territórios suficientes para livrá-los da de-

pendência de recursos, matérias-primas e mercados. Em contraposição a este, o sistema comercial ou oceânico é o sistema neo-Mahaniano, composto de estados que reconhecem que a auto-suficiência é uma ilusão. Para estes últimos países, desde que o comércio seja livre e aberto, eles dispensam a conquista de territórios para desenvolver suas economias. O sentido neo-Mahaniano desse sistema é que os estados-membros têm sobrevivido e crescido politicamente a despeito de um poder marítimo onde o componente militar não é forte o suficiente para controlar as linhas de comércio. Eles se movem, nas relações internacionais, sob o manto protetor militar de uma superpotência e usam seu comércio e suas forças mercantilistas para explorar os mercados do mundo. O Japão e a Alemanha Ocidental estão no epicentro deste sistema; a Alemanha na bacia do Atlântico e o Japão no Pacífico. Esses países usam o comércio internacional para obterem as matérias-primas e o petróleo que tentaram conquistar pela força nas guerras. No sistema territorial, os estados procuram atingir seus objetivos por meios políticos e militares voltados para a conquista e manutenção de territórios. No sistema comercial, os estados procuram atingir os fins de assegurar prosperidade e bem-estar a seus habitantes através da integração no comércio e na economia internacionais. Ou seja, numa visão holística de quem

observasse o planeta de fora, o segundo sistema neo-Mahaniano e global seria como se todo o planeta fosse um território contínuo, sendo o mar a planície por onde as relações se fazem, os mercados se integram, as matérias-primas fluem.

Neste quadro, de crescente multipolaridade econômica e política que deve se manter, ressaltam dois pontos básicos para o pensar do desenvolvimento nacional, já com vistas a dificuldades externas que podem advir desses condicionantes geopolíticos que vimos:

- 1º) sob o pressuposto de que não haverá poder global do Brasil para o enfrentamento de uma superpotência, nossos possíveis adversários poderão ser os interesses dos centros de poder do sistema oceânico ou comercial; e
- 2º) enfrentamentos ocasionais deverão acontecer no mar, este próximo futuro territorial global.

### **Estratégia Nacional possível**

E assim, voltamos a conjecturar sobre a largura de nossa fronteira marítima, no futuro, com as demais nações do globo e pensar no melhor modo de ocupá-la com os vários elementos civis do poder marítimo a ser desenvolvido, ficando a ótica atlântica pequena para os interesses marítimos globais, inclusive no distante Pacífico, onde, além do Japão, o sistema comercial oceânico neo-Mahaniano vê aparecer, com vitalidade cres-

cente, o comércio da Coréia do Sul, Cingapura, Formosa, Hong Kong, Malásia e Indonésia, isto sem falar na revolução econômica na China e sua reintegração à economia internacional. Hoje a China já troca com o exterior, no seu comércio internacional, cerca de 8% de seu PIB, enquanto no Brasil trocamos apenas 3% do nosso PIB; o que quer dizer que a China já é mais aberta para o comércio exterior do que o Brasil. Seria a China mais marítima que o Brasil, neste contexto global comercial e oceânico? Como se vê pelos números, nossa economia é, ainda, muito fechada, talvez devido à inegável continentalidade da ilha-Brasil.

É evidente que nesse cenário prospectivo, o crescimento do Brasil precisará ocorrer, porque só poderá ocorrer no sistema comercial oceânico e, para isso, o poder nacional precisará estar instrumentalizado para os enfrentamentos, conflitos ou querelas de cada situação comercial singular. Seu instrumento para isso será, sem dúvida, o poder marítimo brasileiro desenvolvido e adequado às projeções do poder nacional no planeta, pelo oceano mundial.

As movidas do Brasil para posições mais próximas aos centros de poder, feitas através de suas relações comerciais com a comunidade das nações, deverão ser suportadas por um poder nacional que tenha, seja nas suas expressões política, econômica, psicossocial ou militar, seja nas suas dimensões terrestres, aeroespacial ou marítima — principalmente nesta, real capacidade de garantir as indispensáveis estabilidades de crise e estabilidade estratégica para o Brasil sul-atlântico e sul-americano.

Depois de cada movida será necessário assegurar as novas posições. Dos princípios da estratégia citados no início dessa contribuição, será preciso em algumas situações abrir mão de liberdade de ação em troca de segurança, ter em mente o objetivo e vigiar as oportunidades para crescer e ocupar espaços sem atritar, ou atritando o menos possível os eventuais futuros adversários que, certamente, pelas interdependências, serão atingidos pela redução de nossa dependência externa e pela erradicação de nosso subdesenvolvimento.



**SERGIO PORTO DA LUZ** — O comandante Sergio Porto da Luz exerceu o comando no mar de dois navios, o NaPaCo Parati e a CV Solimões, foi Vice-Diretor do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar. Foi instrutor do Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão e tem mais de seis anos de serviço em Estado-Maior, sendo mais de dois anos no Estado-Maior da Armada.

Possui vários artigos publicados na Revista Marítima Brasileira e é o vencedor do Prêmio Almirante Jaceguay de 1982 e de 1986. Atualmente, é estagiário no Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, na Escola Superior de Guerra.